

STJ00114340

**CRISTIANO
CHAVES
DE FARIAS**

**CONRADO
PAULINO
DA ROSA**

TEORIA GERAL DO AFETO

3ª edição
Revista, atualizada
e ampliada

2022

 EDITORA
his PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPodivm

Diagramação: Maitê Coelho / Cendi Coelho

Imagem de Capa: Fedor Sidorov / Shutterstock.com

Designer de gráficos do Livro: Pamela May

F224t Farias, Cristiano Chaves de.
Teoria Geral do Afeto / Cristiano Chaves de Farias, Conrado Paulino da Rosa – 3. ed.
rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.
400 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3718-2

1. Direito de Família. 2. Direito Civil. I. Farias, Cristiano Chaves de. II. Rosa, Conrado Paulino da. III. Título.

CDD 342.16

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

| | |
|--|----|
| Prefácio da Ministra Nancy Andrichi..... | 7 |
| Prefácio do Ministro Luis Felipe Salomão | 11 |
| Apresentação da teoria geral do afeto: à guisa de preâmbulo (considerações introdutórias) | 21 |
| Preâmbulo da 3ª edição..... | 37 |

CAPÍTULO 1

| | |
|--|-----------|
| A construção de uma teoria geral do afeto como elemento do Direito das Famílias..... | 39 |
| 1.1. O afeto nas relações humanas e nas relações jurídicas: um signo com diferentes significados..... | 40 |
| 1.2. Afeto, afetividade e amor nas relações jurídicas como centro gravitacional do Direito das Famílias..... | 53 |
| 1.3. As normas jurídicas e as relações familiaristas: as regras e os princípios do Direito das Famílias | 66 |

| | |
|---|-----|
| 1.4. A utilização da afetividade como <i>obiter dictum</i> e a inexistência de reconhecimento de sua natureza principiológica pelos tribunais superiores..... | 117 |
| 1.5. Por uma teoria geral do afeto: a afetividade como um postulado (ou princípio geral) e não como um princípio fundamental do Direito das Famílias e as vantagens de um correto enquadramento | 131 |
| 1.6. O conteúdo jurídico mínimo (núcleo duro) do postulado da afetividade: um elemento para a promoção da ética da alteridade nas relações familiares..... | 160 |
| 1.7. Exemplos de correta aplicação do afeto como valor jurídico estruturante (postulado) das relações familiares pelas Cortes Superiores | 172 |
| 1.8. A aplicação da proposta de Ronald Dworkin para o julgamento de <i>hard cases</i> e de <i>easy cases</i> nos litígios familiaristas à luz do postulado da afetividade..... | 180 |
| 1.9. A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeseability</i>) nos <i>extreme cases</i> (casos extremos)..... | 186 |

CAPÍTULO 2

| | |
|--|------------|
| O afeto como estrutura normativa aplicativa nas relações familiares patrimoniais e nas questões sucessórias | 199 |
| Preâmbulo ao Capítulo 2..... | 200 |
| 2.1. A indenização por abandono afetivo compreendida em perspectiva ética (postulado da afetividade)..... | 200 |
| 2.1.1. A incidência dos instrumentos da responsabilidade civil nas relações familiares | 200 |
| 2.1.2. Ato ilícito e responsabilidade subjetiva nas relações de família | 204 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 2.1.3. | Abandono afetivo <i>versus</i> violação do dever de cuidado: aplicação da norma a partir da estrutura do postulado da afetividade | 207 |
| 2.1.4. | A competência para processar e julgar o pedido indenizatório e a prescrição | 215 |
| 2.2. | A separação de fato e a cessação dos efeitos patrimoniais do casamento e da união estável: interpretação das normas legais a partir da estrutura da afetividade | 217 |
| 2.2.1. | A tutela jurídica da confiança aplicável nas relações de família à luz da afetividade..... | 217 |
| 2.2.2. | A não comunhão dos bens adquiridos após a separação de fato como resultado de interpretação conforme o postulado da afetividade | 221 |
| 2.2.3. | A questão da aquisição de bens após a separação de fato com sub-rogação de patrimônio adquirido na constância da relação e o uso do método <i>distinguishing</i> | 230 |
| 2.2.4. | A relevância da definição do momento da separação de fato para a partilha de bens, a teoria da carga dinâmica da prova e o eventual cabimento de agravo de instrumento..... | 232 |
| 2.3. | A exclusão sucessória por indignidade e deserdação interpretada à luz do postulado da afetividade..... | 235 |
| 2.4. | A interpretação da obrigação alimentícia à luz do postulado da afetividade | 248 |
| 2.4.1. | A obrigação alimentar no sistema jurídico brasileiro..... | 248 |
| 2.4.2. | O postulado da afetividade como meio interpretativo para a estipulação da obrigação alimentar..... | 251 |
| 2.4.2.1. | Os alimentos voluntários | 251 |
| 2.4.2.2. | Os alimentos em favor de enteados | 253 |
| 2.4.3. | O afastamento da obrigação alimentar compreendido à luz do postulado da afetividade | 258 |
| 2.4.3.1. | A relativização da reciprocidade alimentar | 258 |

| | |
|---|-----|
| 2.4.3.2. A indignidade no direito aos alimentos..... | 261 |
| 2.4.3.3. A culpa pode apresentar consequências nos alimentos decorrentes das dissoluções afetivas? Uma proposta de interpretação à luz do postulado da afetividade..... | 272 |
| 2.4.3.4. Liberdade <i>versus</i> culpa: a responsabilidade pelas escolhas realizadas durante a vida..... | 278 |

CAPÍTULO 3

| | |
|---|------------|
| O afeto como estrutura normativa aplicativa nas relações familiares existenciais..... | 287 |
| Preâmbulo ao Capítulo 3..... | 288 |
| 3.1. O cabimento de adoção póstuma à luz do postulado da afetividade..... | 288 |
| 3.2. A possibilidade de acréscimo de sobrenome de padrasto/madrasta à luz do postulado da afetividade..... | 299 |
| 3.3. A convivência entre pais e filhos à luz do postulado da afetividade..... | 311 |
| 3.4. O abandono digital como novo modelo de ilicitude familiar: a responsabilidade dos pais em versão 4.0 à luz do postulado da afetividade..... | 324 |
| 3.5. A compreensão do (des)afeto no contexto das dissoluções de casamentos e de uniões estáveis..... | 339 |
| 3.5.1. Um olhar interdisciplinar sobre os relacionamentos na contemporaneidade..... | 339 |
| 3.5.2. O divórcio concedido liminarmente (em provimento jurisdicional inicial) como interpretação da norma à luz do postulado da afetividade..... | 347 |
| 3.5.3. As ações indenizatórias decorrentes do final do relacionamento afetivo..... | 351 |

CAPÍTULO 4

| | |
|---|-----|
| À guisa de arremate (para o infinito e além): o afeto como estrutura para a interpretação e aplicação das normas familiaristas (um postulado normativo aplicativo) | 361 |
| Referências | 379 |